



ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

PREFEITO | Rafael Diniz / VICE - PREFEITA | Conceição Sant'Anna

Gabinete do Prefeito César Carneiro da Silva Tinoco	Sec. Municipal de Desenvolvimento Humano e Social Priscila Nunes Ribeiro Marins	Superintendência de Iluminação Pública Daniel Duarte Michel
Guarda Civil Municipal Fabiano de Araújo Mariano	Superintendência de Justiça e Assistência Judiciária Mariana Souza Oliveira Lontra Costa	Instituto Municipal de Trânsito e Transporte – IMTT José Felipe Quintanilha França
Procuradoria Geral do Município Paolo Ney Bastos Marques Pereira	Superintendência do Procon Douglas Leonard Queiroz Pessanha	Empresa Municipal de Habitação – EMHAB Carlos Nei da Silva Reis Júnior
Sec. Municipal de Governo Alexandre Bastos Loureiro dos Santos	Superintendência de Envelhecimento Saudável e Ativo Heloisa Landim Gomes	Sec. Municipal de Desenvolvimento Ambiental Leonardo Barreto Almeida Filho
Sec. Municipal da Transparência e Controle Marcilene Barreto Nunes Daflon	Coordenadoria de Defesa Civil Edison Pessanha Braga	Superintendência de Limpeza Pública Carlos Augusto Siqueira
Sec. Municipal de Fazenda Leonardo Diógenes Wigand Rodrigues	Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico José Felipe Quintanilha França	Sec. Municipal de Saúde Cíntia Ferrini Farias
Sec. Municipal de Gestão Pública Raphael de Azevedo Petersen Machado	Sup. do Fundo de Desn. de Campos –Fundecam Rodrigo Anido Lira	Fundação Municipal de Saúde Alexandro de Oliveira Alves
Superintendência de Comunicação Suzy dos Santos Monteiro	Secretaria Municipal de Agricultura Robson Correa Vieira	Hospital Ferreira Machado Arthur Borges Martins de Souza
Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes Luciana Eccard Rodrigues	Superintendência de Abastecimento Alfredo Siqueira Dieguez	Hospital Geral de Guarus Heder Zampiroli Dutra
Superintendência da Igualdade Racial	Superintendência de Trabalho e Renda	Fundação Municipal da Infância e da Juventude Sana Gimenes Alvarenga Domingues
Fundação Municipal de Esportes Fábio Gonçalves Coboski	Superintendência de Ciência, Tecnologia e Inovação	Previcampos Paolo Ney Bastos Marques Pereira
Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima Maria Cristina Torres Lima	Sec. Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana Cledson Sampaio Bitencourt	Codemca Carlos Vinicius Viana Vieira

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 361 /2020

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À REDUÇÃO DO CONTÁGIO PELO COVID-19 - CORONAVÍRUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 78, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no SUS, que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde individual e coletiva;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, no Município de Campos dos Goytacazes, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (covid-19), especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV);

CONSIDERANDO o Decreto nº 47.112 de 05 de junho de 2020 do Estado do Rio de Janeiro que dispõe sobre medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (covid-19), em decorrência da situação de emergência em saúde e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade da redução de circulação e aglomeração de pessoas, sem prejuízo da preservação dos serviços públicos,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização e de consolidação das medidas até o momento adotadas;

DECRETA:

Art. 1º O presente decreto atualiza e consolida as medidas temporárias no âmbito da Administração Pública do Município de Campos dos Goytacazes, de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus, vetor da COVID-19.

Art. 2º Ficam suspensos o expediente externo e o atendimento presencial, no âmbito da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes / RJ, até o dia 07 de dezembro de 2020.

§ 1º O expediente interno dos órgãos públicos municipais deverá ocorrer preferencialmente das 09h às 13h, ficando autorizado a adoção de horários diferenciados por cada órgão, para atendimento das suas necessidades de trabalho.

§ 2º Ficam excetuados da previsão do caput os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, Fundação Municipal de Saúde, Defesa Civil, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Guarda Civil Municipal, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Superintendência de Posturas, atividades de fiscalização do PROCON, atividades de perícia do PREVICAMPOS, serviços de acolhimento da Fundação Municipal da Infância e da Juventude, os Conselhos Tutelares, Superintendência de Limpeza Pública, atividades de fiscalização da vigilância sanitária, Superintendência de Iluminação Pública, Secretaria Municipal de Fazenda, protocolo geral, Instituto Municipal de Trânsito e Transporte - IMTT e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana.

§ 3º Cada órgão acima citado poderá expedir orientações específicas quanto à forma de atendimento ao público e expediente externo, observando as demais determinações constantes deste Decreto.

§ 4º Ficam convalidadas as normas infralegais já expedidas pelos órgãos da Prefeitura, com o objetivo de orientar a população quanto à forma de trabalho por meio de telefones e site.

§ 5º Ficam adiadas as audiências previamente marcadas no âmbito do PROCON, que deverá remarcar-las ao fim do período de suspensão.

§ 6º O funcionamento do protocolo geral deverá adotar procedimentos de controle de fluxo de pessoas, sendo permitido o atendimento simultâneo de apenas duas pessoas.

Art. 3º Ficam suspensos até o dia 07 de dezembro os prazos administrativos em curso, perante todos os órgãos da Prefeitura, excetos os prazos decorrentes de processos licitatórios e atividades de fiscalização do PROCON.

Art. 4º Qualquer servidor público, empregado público ou contratado por empresa que presta serviço para o município de Campos dos Goytacazes, que se enquadrar em alguma das condições abaixo, até o dia 08 de dezembro, deve atuar preferencialmente em regime de trabalho à distância.

I - Gestantes;

II - acima de 60 anos;

III - Pacientes oncológicos e imunocomprometidos, comprovados por laudo médico;

IV - Servidores / funcionários que tenham retornado de viagem internacional nos últimos 14 (quatorze) dias, mediante comprovação;

V - Servidores / funcionários que apresentarem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), mediante a apresentação de laudo médico, que deverá ser avaliado pelo PREVICAMPOS.

§ 1º Os gestores dos contratos de prestação de serviços deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destas em adotar todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários quanto aos riscos do coronavírus (covid-19) e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, estando as empresas passíveis de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública.

§ 2º É facultativo ao servidor público da Saúde, empregado público da Saúde ou contratado por empresa que presta serviço para Saúde do município de Campos dos Goytacazes que tiver entre 60 e 65 anos de idade, e que não possua nenhuma comorbidade, o retorno ao trabalho presencial. Aquele que optar pelo retorno deverá ser submetido a teste rápido para Covid-19 semanalmente, conforme orientação da Vigilância em Saúde.

Art. 5º A autoridade superior em cada caso deverá expedir ato de regulamentação do trabalho remoto em atenção à manutenção da continuidade e essencialidade das atividades da Administração Pública, convalidadas os atos já expedidos.

§ 1º As reuniões administrativas serão preferencialmente não presenciais (virtuais) utilizando-se dos meios tecnológicos de informação e de comunicação disponíveis.

§ 2º O setor de recursos humanos de cada órgão deverá encaminhar lista dos profissionais que se encaixam no grupo de risco para abono do ponto.

Art. 6º O registro de jornada por meio do ponto biométrico ficará suspenso a partir de 1º de dezembro.

Art. 7º Ficam a Secretaria de Saúde e a Fundação Municipal de saúde autorizados a fazer relação dos profissionais da saúde para fim de atendimento das demandas de combate ao coronavírus (covid-19).

Parágrafo Único. Fica autorizada a cessão dos profissionais da Secretária de Saúde à Fundação Municipal de Saúde para atendimento das demandas de combate ao coronavírus (covid - 19) .

Art. 8º Ficam temporariamente suspensas férias, licença sem vencimento e licença prêmio dos profissionais em efetivo exercício que possam auxiliar no combate dos casos decorrentes do coronavírus (covid-19), compreendendo os seguintes órgãos:

- I - Secretaria Municipal de Saúde;
- II - Fundação Municipal de Saúde;
- III - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social;
- IV - Defesa Civil;
- V - Guarda Civil Municipal.

Art. 9º Fica determinado a Secretaria Municipal de Gestão Pública que providencie a fruição de férias e/ou licença prêmio, mediante autorização do superior hierárquico, dos servidores que estiverem afastados do serviço, independentemente do órgão público de lotação.

Art. 10. O funcionamento dos ambulatórios da rede da Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Municipal de Saúde deverá ser definido por regramento próprio dos titulares das referidas pastas.

Art. 11. Fica proibido até o dia 07 de dezembro de 2020, a permanência de acompanhantes de pacientes maiores de 16 anos nas unidades de saúde pública do Município.

Parágrafo único. Os pacientes menores de 16 anos, bem como aqueles que considerados absolutamente incapazes, apenas poderão ser acompanhados por 1 (um) familiar ou responsável legal, que deverá ser previamente identificado nas recepções das unidades de saúde.

Art. 12. Excepcionalmente, fica autorizada a realização de mais de uma substituição pelos profissionais de saúde, independentemente da carga horária a ser realizada, desde que haja compatibilidade de horários e seja indispensável para o funcionamento do órgão.

Art. 13. Fica suspenso temporariamente o cadastramento dos servidores públicos aposentados, cabendo a retomada do calendário a ser definido após o fim das medidas de prevenção aqui adotadas.

Art. 14. Ficam suspensas as licitações do Município, excetuadas aquelas que digam respeito aos serviços de saúde, alimentação e outras devidamente justificadas pelos ordenadores de despesas.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de novembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 25 de novembro de 2020.

RAFAEL DINIZ
Prefeito

DECRETO Nº 364/2020

DISPÕE SOBRE O NÍVEL E A FASE SEMANAL QUE O MUNICÍPIO SE ENCONTRARÁ NO PLANO DE RETOMADA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS – CAMPOS DAQUI PARA FRENTE, COMO MEIO DE COMBATE À DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 78, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no SUS, que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde individual e coletiva;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, no Município de Campos dos Goytacazes, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (covid-19), especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV);

CONSIDERANDO que a apesar de avanços na luta contra a disseminação do Coronavírus (Covid-19) a situação ainda é grave e ainda há necessidade de manter a redução de circulação e aglomeração de pessoas, sem prejuízo da preservação dos serviços públicos, para fins de contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que é possível e necessário utilizar recursos metodológicos e tecnológicos no constante monitoramento da evolução da epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) e das suas consequências sanitárias, sociais e econômicas, buscando a aplicação de evidências científicas e análise estratégica de informações, para dispor acerca do enfrentamento à disseminação do vírus, com objetivo principal da preservação da vida, em equilíbrio com os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e com a necessidade de se assegurar o desenvolvimento econômico e social da população;

CONSIDERANDO que o Município vem logrando êxito em promover o aumento do distanciamento social, bem como aumentando a capacidade do sistema de saúde;

CONSIDERANDO que ainda é necessário agir com prudência e cautela, pois mesmo diante da utilização de políticas eficientes no combate à pandemia, o retorno das atividades econômicas deverão levar em conta os riscos à saúde que potencialmente estarão conectadas a tal transição;

CONSIDERANDO que, por isso, foi elaborado um plano específico de transição controlada, planejada e gradual das atividades econômicas da cidade para uma nova normalidade;

CONSIDERANDO que o plano foi modulado e pactuado de forma a equilibrar a preservação da vida com a retomada econômica, combatendo a retomada aleatória das atividades e a abertura desordenada;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 118/2020 que institui o plano de retomada de atividades econômicas e sociais – campos daqui para frente, prevenindo a transição gradual das medidas de isolamento social, como meio de combate à disseminação do coronavírus (covid-19).

DECRETA:

Art. 1º - O presente decreto estabelece que, com base no artigo 7º, IV do Decreto Municipal nº 118/2020, o Município estará no Nível 3 - FASE AMARELA, do plano de retomada de atividades econômicas e sociais, intitulado como CAMPOS DAQUI PARA FRENTE.

Art. 2º - Este Decreto vigorará entre às 0h de 30 de novembro de 2020 e 23h59m de 06 de dezembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 26 de novembro de 2020.

RAFAEL DINIZ
- Prefeito -

DECRETO Nº 365/2020

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE RETOMADA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS – CAMPOS DAQUI PARA FRENTE, QUE PREVÊ A TRANSIÇÃO GRADUAL DAS MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL, COMO MEIO DE COMBATE À DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 78, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no SUS, que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde individual e coletiva;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, no Município de Campos dos Goytacazes, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (covid-19), especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV);

CONSIDERANDO que a apesar de avanços na luta contra a disseminação do Coronavírus (Covid-19) a situação ainda é grave e ainda há necessidade de manter a redução de circulação e aglomeração de pessoas, sem prejuízo da preservação dos serviços públicos, para fins de contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que é possível e necessário utilizar recursos metodológicos e tecnológicos no constante monitoramento da evolução da epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) e das suas consequências sanitárias, sociais e econômicas, buscando a aplicação de evidências científicas e análise estratégica de informações, para dispor acerca do enfrentamento à disseminação do vírus, com objetivo principal da preservação da vida, em equilíbrio com os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e com a necessidade de se assegurar o desenvolvimento econômico e social da população;

CONSIDERANDO que o Município vem logrando êxito em promover o aumento do distanciamento social, bem como aumentando a capacidade do sistema de saúde;

CONSIDERANDO que ainda é necessário agir com prudência e cautela, pois mesmo diante da utilização de políticas eficientes no combate à pandemia, o retorno das atividades econômicas deverão levar em conta os riscos à saúde que potencialmente estarão conectadas a tal transição;

CONSIDERANDO que, por isso, foi elaborado um plano específico de transição controlada, planejada e gradual das atividades econômicas da cidade para uma nova normalidade;

CONSIDERANDO que o plano foi modulado e pactuado de forma a equilibrar a preservação da vida com a retomada econômica, combatendo a retomada aleatória das atividades e a abertura desordenada;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização e de consolidação das medidas até o momento adotadas no Decreto 118/2020, com todas as suas modificações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 118/2020, que passa a ter sua vigência de maneira consolidada, conforme o seguinte texto e seus anexos:

"Art. 1º - O presente decreto regulamenta o plano de retomada de atividades econômicas e sociais, intitulado como CAMPOS DAQUI PARA FRENTE, no âmbito do Município de Campos dos Goytacazes, prevendo a transição gradual das medidas de isolamento social, como meio de combate à disseminação do coronavírus (covid-19).

Art. 2º - As medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia de COVID-19 definidas neste decreto vigorarão enquanto perdurar o período de pandemia, com aplicação obrigatória em todo território municipal.

Art. 3º - A fiscalização do cumprimento do presente Decreto será exercida mediante Força Tarefa de Combate ao Coronavírus, a qual permanecerá em atuação enquanto perdurar o período de pandemia, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Segurança Pública, e integração da Guarda Civil Municipal, Superintendência de Postura, Instituto Municipal de Trânsito e Transporte – IMTT, Vigilância Sanitária e Defesa Civil, além dos demais departamentos de fiscalização do Município, em especial da Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental.

Art. 4º - O presente plano de retomada de atividades econômicas e sociais - CAMPOS DAQUI PARA FRENTE, prevê a adoção de 5 (cinco) níveis, separados por fases com atribuição de cores, entre as quais haverá a previsão das atividades econômicas e sociais que serão restringidas ou liberadas, bem como a adoção de normas específicas para cada atividade, que foram elaboradas com base no nível de risco para disseminação e contágio do vírus, bem como a essencialidade das atividades, que ficam estabelecidas da seguinte forma:

- I) Nível 1 – FASE BRANCA, que indica situação de Atenção;
- II) Nível 2 – FASE VERDE, que indica situação de Atenção Moderada;
- III) Nível 3 – FASE AMARELA, que indica situação de Atenção Máxima;
- IV) Nível 4 – FASE LARANJA, que indica situação Grave, aplicando-se lockdown parcial.
- V) Nível 5 – FASE VERMELHA, que indica situação Gravíssima, aplicando-se lockdown total.

§1º - As regras aplicadas a cada uma das fases estão presentes no Anexo I do presente decreto.

§2º - Além das normas estabelecidas neste decreto, também haverá normas gerais a serem seguidas na realização de todas as atividades econômicas, previstas no Anexo II do presente decreto.

§3º - Caso haja alguma medida do Estado do Rio de Janeiro mais restritiva do que ficar autorizado pelo Município, deverá ser avaliada eventual adoção da medida mais restritiva; e, caso o Estado do Rio de Janeiro adote medidas mais flexíveis, permanecerão em vigor as regras previstas neste decreto.

§4º - Para fins de incidência das disposições contidas neste Decreto e seus Anexos, prevalece a atividade econômica preponderante do estabelecimento comercial, que será objeto da análise da fiscalização e não somente aquela com base nas atividades elencadas no cartão do CNPJ.

Do Sistema de Monitoramento da Evolução da Epidemia de Covid-19

Art. 5º - O monitoramento da evolução da epidemia COVID-19 será feito com a avaliação de dois indicadores destinados a mensurar a propagação da COVID-19 e a capacidade de atendimento do sistema de saúde.

§ 1º A propagação da COVID-19, com peso total 4,5 (quatro vírgula cinco), será avaliada por meio de quatro medidas, observados os seguintes pesos:

I - Velocidade do Avanço, com peso total 1,25 (um vírgula vinte e cinco), será mensurada por meio dos seguintes indicadores:

a) Taxa de crescimento de novos casos COVID-19: a razão entre o número de casos novos confirmados, nos últimos sete dias, dividido pelo número de casos novos confirmados nos sete dias anteriores com peso 0,5 (zero vírgula cinco);

b) Taxa de crescimento de Pacientes com COVID-19 internados em Leitos Clínicos: razão do número de Pacientes com COVID-19 em leitos clínicos no último dia, pelo número de Pacientes COVID-19 em leitos clínicos há sete dias atrás com peso 0,5 (zero vírgula cinco);

c) Taxa de Crescimento de Pacientes com COVID-19 Internados em UTI: razão do número de Pacientes com COVID-19 em leitos UTI no último dia, dividido pelo número de Pacientes com COVID-19 em leitos UTI há em sete dias atrás com peso 0,25 (zero vírgula vinte e cinco).

II - Estágio de Evolução, com peso total 1 (um), será mensurado por meio de indicador correspondente ao número total de casos ativos no último dia, dividido pelo número total de casos recuperados nos últimos cinquenta dias.

III - Incidência de Novos Casos sobre a População, com peso total 1,25 (um vírgula vinte e cinco), será mensurada por meio do indicador correspondente à razão entre o número de casos confirmados nos últimos sete dias, para cada cem mil habitantes;

IV - Mortalidade por COVID-19, com peso total 1 (um), será mensurada por meio do indicador correspondente à razão entre o número de óbitos por COVID-19 nos últimos 7 dias, para cada cem mil habitantes.

§ 2º A capacidade de atendimento do sistema de saúde, com peso total 5,5 (cinco vírgula cinco), será avaliada por meio das medidas de mudança na capacidade de atendimento:

I - Mudança na Capacidade de Atendimento, com peso total 2,5 (dois vírgula cinco), será mensurada por meio dos seguintes indicadores:

a) a razão do número de leitos de clínicos SUS para pacientes adultos com COVID-19, para cada cem mil habitantes com peso 1 (um);

b) a razão número de leitos de UTI SUS para pacientes adultos com COVID-19, para cada cem mil habitantes com peso 1,5 (um vírgula cinco);

II - Capacidade de Atendimento, com peso total 3 (três), será mensurada por meio dos seguintes indicadores:

a) taxa de Ocupação Leitos Clínicos SUS: A razão do número de pacientes-dia (adultos) internados em leitos de clínicos SUS com COVID-19 nos últimos sete dias, pelo número de leitos dia clínicos (adultos) SUS para COVID-19, nos últimos sete dias com peso 0,75 (zero vírgula setenta e cinco);

b) taxa de Ocupação Leitos Clínicos Privados: A razão do número de pacientes-dia (adultos) internados em leitos de clínicos privados com COVID-19 nos últimos sete dias, pelo número de leitos-dia clínicos (adultos) privados para COVID-19, nos últimos sete dias com peso 0,5 (zero vírgula cinco);

c) taxa de Ocupação Leitos UTI SUS: A razão do número de pacientes-dia (adultos) internados em leitos de UTI SUS com COVID-19 nos últimos sete dias, pelo número de leitos-dia UTI SUS (adultos) para COVID-19, nos últimos sete dias com peso 1,25 (um vírgula vinte e cinco).

d) Taxa de Ocupação Leitos UTI Privados: A razão do número de pacientes-dia (adultos) internados em leitos de UTI privados com COVID-19 nos últimos sete dias, pelo número de leitos dia de UTI (adultos) privados para COVID-19, nos últimos sete dias com peso 0,5 (zero vírgula cinco).

§ 3º Consideram-se casos ativos, para os fins do disposto neste Decreto, aqueles cujos testes foram coletados dentro dos quatorze dias anteriores à data de apuração e resultaram positivo, sem ter havido, no período apurado, óbito do paciente.

§ 4º Consideram-se casos recuperados os casos confirmados positivos no período dos últimos 50 dias, que já completaram 14 dias da data da coleta e não vieram a óbito, para os fins do disposto neste Decreto.

§ 5º Sempre que o valor do denominador dos indicadores de que trata o inciso I e II do § 1º deste artigo for igual a zero, será somado um inteiro.

§ 6º Os critérios, as medidas e os indicadores que compõem o sistema de monitoramento da evolução da epidemia de COVID-19, assim como seus pesos e bases, poderão ser modificados, excluídos, reduzidos ou ampliados, diante de evidências científicas que recomendem a sua atualização ou aperfeiçoamento.

Art. 6º - O resultado da mensuração dos indicadores de que trata o art. 5º deste Decreto serão classificados, conforme o escore, em quatro sinais, correspondentes às cores Branca - Nível 1 para situação de Atenção, Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada, Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima, Laranja - Nível 4 para situação Grave e Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssima, as quais serão utilizadas para a aplicação, gradual e proporcional, de um conjunto de medidas destinadas à prevenção e ao enfrentamento da epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID19), observados os seguintes critérios:

I - os indicadores de que trata o inciso I do § 1º do art. 5º serão classificados da seguinte forma:

a) Branca - Nível 1 para situação de Atenção, quando o score apurado for igual ou superior a 0 e inferior ou igual a 1;

b) Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada, quando o score apurado for superior a 1 e inferior ou igual a 1,5;

c) Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima, quando o score apurado for superior a 1,5 e inferior ou igual a 2,5;

d) Laranja - Nível 4 para situação Grave, quando o score apurado for superior a 2,5 e inferior ou igual a 3.

e) Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssima, quando o score for superior a 3.

II - o indicador de que trata o inciso II do § 1º do art. 5º será classificado da seguinte forma:

a) Branca - Nível 1 para situação de Atenção, quando o escore apurado for igual ou superior a 0 e inferior ou igual a 0,25;

b) Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada, quando o escore apurado for superior a 0,25 e inferior ou igual a 0,5;

c) Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima, quando o escore apurado for superior a 0,5 e inferior ou igual a 0,75;

d) Laranja - Nível 4 para situação Grave, quando o escore apurado for superior a 0,75 e inferior ou igual a 1.

e) Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssima, quando o score for superior a 1.

III - o indicador de que trata o inciso III do § 1º do art. 5º serão classificados da seguinte forma:

a) Branca - Nível 1 para situação de Atenção, quando o escore apurado for igual ou superior a 0 e inferior a 5;

b) Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada, quando o escore apurado for igual ou superior a 5,00 e inferior a 15;

c) Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima, quando o escore apurado for igual ou superior a 15 e inferior a 25;

d) Laranja - Nível 4 para situação Grave, quando o escore apurado for igual ou superior a 25 e inferior a 30.

e) Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssima, quando o score for igual ou superior a 30.

IV - o indicador de que trata o inciso IV do § 1º do art. 5º serão classificados da seguinte forma:

a) Branca - Nível 1 para situação de Atenção, quando o escore apurado for igual ou superior a 0 e inferior a 2,5;

b) Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada, quando o escore apurado for igual ou superior a 2,5 e inferior a 5;

c) Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima, quando o escore apurado for igual ou superior a 5 e inferior a 7,5;

d) Laranja - Nível 4 para situação Grave, quando o escore apurado for igual ou superior a 7,5 e inferior a 10;

e) Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssima, quando o score for igual ou superior a 10.

V - o indicador de que trata a alínea "a" do inciso I do § 2º do art. 5º serão classificados da seguinte forma:

a) Branca - Nível 1 para situação de Atenção, quando o escore apurado for igual ou maior que a 25;

b) Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada, quando o escore apurado for menor a 25 e superior ou igual a 20;

c) Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima, quando o escore apurado for menor a 20 e superior ou igual a 15;

d) Laranja - Nível 4 para situação Grave, quando o escore apurado for menor a 15 e superior ou igual a 10;

e) Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssima, quando o score for inferior a 10.

VI - o indicador de que trata a alínea "b" do inciso I do § 2º do art. 5º serão classificados da seguinte forma:

a) Branca - Nível 1 para situação de Atenção, quando o escore apurado for igual ou maior que 20;

b) Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada, quando o escore apurado for menor a 20 e superior ou igual a 15;

c) Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima, quando o escore apurado for menor a 15 e superior ou igual a 10;

d) Laranja - Nível 4 para situação Grave, quando o escore apurado for menor que 10 e superior ou igual a 6.

e) Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssima, quando o score for inferior a 6.

VII - o indicador de que trata a alínea "a", "b", "c", "d" do inciso II do § 2º do art. 5º serão classificados da seguinte forma:

a) Branca - Nível 1 para situação de Atenção, quando o escore apurado for menor que a 60%;

b) Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada, quando o escore apurado for igual ou superior a 60% e inferior a 70%;

c) Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima, quando o escore apurado for igual ou superior a 70% e inferior a 80%;

d) Laranja - Nível 4 para situação Grave, quando o escore apurado for maior ou igual a 80% e inferior ou igual a 90%;

e) Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssima, quando o score for superior a 90%.

Parágrafo único - Serão considerados, para o cálculo da média ponderada das bandeiras dos indicadores, os seguintes fatores:

I - Branca - Nível 1 para situação de Atenção equivale a zero;

II - Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada equivale a um;

III - Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima equivale a um e meio;

IV - Laranja - Nível 4 para situação Grave equivale a 2;

V - Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssima equivale a 3.

Art. 7º - O Município será classificado, semanalmente, em um Sinal, a qual será definido a partir do indicador síntese que é a média ponderada dos sinais dos indicadores, respeitados os respectivos pesos, da seguinte forma:

I - Branca - Nível 1 para situação de Atenção, quando o somatório das médias ponderadas for inferior ou igual a 5;

II - Verde - Nível 2 para situação de Atenção Moderada, quando o somatório das médias ponderadas for superior a 5 inferior ou igual a 10;

III - Amarelo - Nível 3 para situação de Atenção Máxima, quando o somatório das médias ponderadas for superior a 10 e inferior ou igual a 15;

IV - Laranja - Nível 4 para situação Grave, quando o somatório das médias ponderadas for superior a 15 e menor ou igual a 20;

V - Vermelha - Nível 5 para situação Gravíssimo, quando o somatório das médias ponderadas for superior a 20;

Art. 8º - A divulgação dos resultados da mensuração dos indicadores ocorrerá semanalmente, sempre às quintas-feiras, e o Sinal em que o município for classificado vigorará da 0h da segunda-feira imediatamente posterior até as 23h59m do domingo seguinte.

Parágrafo Primeiro. De acordo com o resultado semanal citado no caput, serão permitidas o funcionamento das atividades constantes do artigo 4º e seus incisos, bem como o Anexo I, de acordo com as limitações e regras nele contidas.

Parágrafo Segundo. Em caso de demonstração de alteração dos indicadores, ao longo da vigência de determinado nível e fase, principalmente no que diz respeito à capacidade de atendimento da saúde, fica permitida a alteração imediata para nível e fase que contenham medidas mais restritivas.

Art. 9º - Para efeitos de contagem dos indicadores do presente Decreto serão utilizadas as definições constantes no Manual de Padronização da Nomenclatura do Censo Hospitalar do Ministério da Saúde, de 2002.

Das Medidas Permanentes

Art. 10 - Além das regras estabelecidas nos anexos deste Decreto, considera-se obrigatório em todo o território municipal, independentemente do Nível e Fase estabelecida pelo Município, a utilização de máscara descartável, ou máscara de tecido não tecido (TNT), ou tecido de algodão, sendo que o uso deverá ser individual e atentando para sua correta utilização, troca e higienização.

§1º - O uso de máscara será obrigatório sempre que se estiver em ambiente coletivo, compreendido como local destinado a permanente utilização simultânea por várias pessoas, fechado ou aberto, privado ou público, bem como nas suas áreas de circulação, nas vias públicas e nos meios de transporte;

§2º - A produção de máscaras artesanais pode ser realizada segundo as orientações constantes da Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/ SAPS/MS, disponível na página do Ministério da Saúde no endereço eletrônico www.saude.gov.br, e o seu uso observará as orientações constantes do ANEXO III deste Decreto.

§3º - Os fabricantes e distribuidores de máscaras para uso profissional garantirão, prioritariamente, o abastecimento da rede pública de assistência e de atenção à saúde.

§4º - A Secretaria Municipal de Saúde poderá emitir Resolução com as medidas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

§5º - Os órgãos municipais integrantes da gestão do ordenamento público orientarão as pessoas quanto à importância do uso das máscaras.

§6º - A utilização de máscaras fica dispensada no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, deficiência intelectual, deficiências sensoriais, ou quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital.

Art. 11 - São medidas sanitárias de higienização permanente, obrigatórias a todas as atividades econômicas em funcionamento, com atendimento ao público ou não, além de outras medidas previstas neste decreto e seus anexos:

I - higienizar as superfícies de toque, no mínimo a cada 2 horas, com álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

II - higienizar pisos, paredes, forro de banheiro, refeitórios, vestiários, etc. no mínimo a cada turno, preferencialmente com álcool 70%, hipoclorito de sódio 0,1% (água sanitária) ou outro desinfetante indicado para este fim;

III - higienizar mesas, cadeiras, teclados, mouses, telefones a cada turno, com álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

IV - dispor de lixeira com tampa com dispositivo que permita a abertura o fechamento sem o uso das mãos (pedal ou outro tipo de dispositivo), recolher e descartar os resíduos a cada 2 horas, com segurança e uso do EPI adequado;

V - exigir que clientes e usuários higienizem as mãos com álcool 70% ao acessarem e ao saírem do estabelecimento;

VI - disponibilizar Kit completo nos banheiros (álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, sabonete líquido e toalhas de papel não reciclado);

VII - manter limpos filtros e dutos do ar-condicionado;

VIII - manter portas e janelas abertas, com ventilação adequada, exceto em locais não permitidos por questões sanitárias;

IX - eliminar bebedouros de jato inclinado e disponibilizar alternativas (dispensadores de água e copos plásticos descartáveis e/ou copos de uso individual, desde que constantemente higienizados).

Art. 12 - Estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços, com 10 (dez) ou mais trabalhadores (empregados, ou ainda, autônomos), ficam obrigados a realizar o controle de temperatura, com termômetro digital infravermelho, dos trabalhadores e clientes ao ingressarem nas dependências físicas, sendo proibido o ingresso em caso de estado febril, ou seja, temperatura superior a 37,5º.

Parágrafo único - Em virtude da escassez no mercado do termômetro digital infravermelho, adota-se a vacância de 45 (quarenta e cinco) dias para a vigência da presente norma.

Art. 13 - Ficam vedadas as ações promocionais e afins que possam promover ou incentivar aglomeração de consumidores.

Art. 14 - Todas as empresas, observadas eventuais regras mais rígidas, deverão:

I - garantir, na medida do possível, o distanciamento entre pessoas de, no mínimo, 2 metros.

II - orientar os colaboradores a informar ao estabelecimento caso venham a ter sintomas de síndrome gripal e/ou resultados positivos para a COVID-19;

III - realizar busca ativa, diária, em todos os turnos de trabalho, em colaboradores e visitantes com sintomas de síndrome gripal;

IV - garantir o imediato afastamento para isolamento domiciliar por 14 (quatorze) dias, a contar o início dos sintomas aos colaboradores que:

a) testarem positivo para Covid-19,

b) que tenham tido contato próximo ou residam com caso confirmado de Covid-19,

c) apresentarem sintomas de síndrome gripal (quadro respiratório agudo, caracterizado por sensação febril ou febre, mesmo que relatada, acompanhada de tosse OU dor de garganta OU coriza OU dificuldade respiratória);

V - manter registro atualizado do acompanhamento de todos os colaboradores afastados (quem, de que setor, data de afastamento etc.);

VI - notificar imediatamente os casos suspeitos de síndrome gripal e os confirmados de COVID-19 à Vigilância Epidemiológica Municipal, bem como à Vigilância em Saúde do Município de residência do trabalhador/colaborador;

VII - comunicar imediatamente à Vigilância Epidemiológica Municipal qualquer suspeita de surto de síndrome gripal no estabelecimento.

Art. 15 - Fica recomendado a todas as atividades econômicas o tratamento diferenciado aos clientes e trabalhadores pertencentes ao grupo de risco, de maneira a conferir total preferência no atendimento ao cliente e a utilização do sistema de home office aos trabalhadores, evitando ao máximo a exposição ao contágio pelo COVID-19.

Parágrafo único - Pertencem ao grupo de risco, pessoas com:

I - cardiopatias graves ou descompensadas (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica, arritmias);

II - pneumopatias graves ou descompensadas (em uso de oxigênio domiciliar; asma moderada/grave, doença pulmonar obstrutiva crônica - DPOC);

III - imunodepressão;

IV - doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5);

V - diabetes mellitus, conforme juízo clínico;

VI - obesidade mórbida (IMC maior ou igual a 40);

VII - doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica (ex.: Síndrome de Down);

VIII - idade igual ou superior a 60 anos;

IX - gestantes, puérpera, e outras condições determinadas pelo Ministério da Saúde.

Normas Gerais

Art. 16 - É obrigatório a fixação de informativos e comunicados instruindo colaboradores e clientes acerca das normas de proteção individual e coletiva existentes no estabelecimento, bem como informações gerais sobre o combate ao coronavírus (Covid-19), conforme material disponível nos sites eletrônicos da Prefeitura Municipal de Campos, Secretaria Estadual de Saúde e Ministério da Saúde.

§1º - Fica determinada a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais afixarem na porta de seus estabelecimentos a FASE e NÍVEL que estará sendo adotada naquela semana, conforme formato disponível no site da Prefeitura.

§2º - Fica determinada a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais disporem, em local visível, a ocupação máxima de pessoas no interior do estabelecimento.

Art. 17 - Fica estipulado como obrigatório a todas as atividades econômicas, com atendimento ao público ou não, a utilização da AUTODECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E RESPONSABILIDADE - PROTOCOLO COVID-19, a qual servirá como meio de autorizar o funcionamento da atividade.

§1º - O modelo a ser seguido é o constante do Anexo IV.

§2º - O documento deverá ser preenchido, assinado e carimbado, com o envio ao endereço eletrônico: protocolocovid19@campos.rj.gov.br.

§3º - A autodeclaração não eximirá a possibilidade de fiscalização pelos órgãos do governo, assim como não eximirá nenhum outro documento necessário ao funcionamento da atividade, inclusive o alvará de funcionamento.

Art. 18 - Fica determinada a suspensão por tempo indeterminado de abertura ao público do Jardim São Benedito, Horto Municipal, Cidade da Criança, teatros, museus e equipamentos públicos afins, bem como proibida a permanência na Serra do Itaoca, lagoas, rios, praias e cachoeiras, praças, parques e jardins públicos, para quaisquer finalidades.

Parágrafo primeiro - Fica permitida a entrada na Serra do Itaoca das pessoas responsáveis pela manutenção e continuação das obras que já estavam sendo executadas, bem como dos técnicos responsáveis pela manutenção das antenas de telecomunicação; além das liberações constantes de cada Fase e Nível.

Art. 19 - O descumprimento das medidas previstas no presente decreto poderá ensejar a aplicação das multas previstas na legislação municipal, estadual e federal, bem como a adoção de medidas administrativas punitivas, inclusive a abertura de processo administrativo para cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento.

Art. 20 - A Secretaria Municipal de Segurança Pública atentar, em caso de descumprimento deste decreto, ao disposto nos artigos 268 e 330 do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 26 de novembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 26 de novembro de 2020.

RAFAEL DINIZ
- Prefeito -

ANEXO I

NÍVEL 5 (OU FASE VERMELHA):

1) Fica vedado a qualquer indivíduo a permanência e o trânsito em vias, parques, equipamentos, locais e praças públicas, dentro do Município, autorizado o bloqueio e interdição de vias e blitz fiscalizatória em todos os pontos da cidade.

a. Para garantir observância deste decreto fica autorizado o bloqueio e interdição de vias e blitz fiscalizatória em todos os pontos da cidade, conforme orientação da Vigilância em Saúde.

b. Ficam excetuadas desta vedação as hipóteses de deslocamento por força de trabalho, para ida a serviços de saúde ou farmácias, para compra de insumos alimentícios e congêneres essenciais à subsistência e, ainda, os profissionais, professores e pesquisadores das instituições de ensino e pesquisa que atuam em parceria com o Município para desenvolvimento de soluções para o combate à pandemia da Covid-19.

c. Mesmo nas hipóteses excetuadas neste artigo, fica vedado a qualquer indivíduo a permanência e o trânsito em vias, parques, equipamentos, locais e praças públicas, dentro do Município, depois das 23:00hs até às 05:00hs, com exceção dos profissionais e serviços de saúde, incluindo farmácias, forças de segurança, incluindo vigilantes, advogados no exercício da profissão, serviços de telecomunicação e energia e demais situações de emergência.

d. Os indivíduos comprovarão por meio de carteira de trabalho, funcional, crachá, contrato de trabalho ou qualquer outro documento idôneo o deslocamento em razão de trabalho, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo I.

e. Todos os eventuais deslocamentos deverão ser esclarecidos à autoridade pública em caso de abordagem.

2) Fica determinada a redução da circulação nos acessos de Campos dos Goytacazes com Municípios vizinhos.

a. Fica vedado o acesso e circulação de táxis e transporte por aplicativo de outros Municípios, com exceção de retorno de viagem de residentes no município de Campos dos Goytacazes, desde que devidamente comprovada a residência durante a abordagem pelos agentes de fiscalização.

b. Fica permitida a circulação de veículos de outros Municípios, desde que vinculados a serviços essenciais e atividades que não tenham sido suspensas pelo Município de Campos dos Goytacazes ou pelo Estado do Rio de Janeiro.

c. Os trabalhadores e os veículos de prestadores de serviço, que se encontrem na exceção prevista no parágrafo anterior, deverão apresentar, quando solicitados:

- i. Para o caso dos trabalhadores:
 1. declaração do empregador, que confirme o vínculo empregatício, ou liame contratual de prestação de serviços e que é necessária a presença do trabalhador para o desempenho de suas atividades;
 2. cópia de comprovante do endereço do declarante;
 3. documento de identidade do trabalhador.
 - ii. No caso de veículos de prestadores de serviço:
 1. nota fiscal das mercadorias carregadas;
 2. documento que comprove que o deslocamento tem como objetivo a prestação de serviços essenciais, conforme regulamentação federal.
 - d. Os cidadãos residentes em Campos dos Goytacazes e que tiverem se ausentado do Município devem apresentar comprovante de residência no retorno ao Município, quando solicitado.
 - e. Nenhuma rodovia estadual ou federal será objeto de restrição de circulação de pessoas ou veículos por conta do presente Decreto, nem haverá qualquer restrição de circulação de pessoas por conta de deslocamento para atendimento em serviços de saúde.
- 3) As proibições dispostas nesta fase não se aplicam às atividades industriais, agrícolas, atividades internas dos estabelecimentos comerciais e dos prestadores de serviço.
- a. Os estabelecimentos comerciais deverão manter fechados os acessos do público ao seu interior, ficando proibido o atendimento nas portas dos estabelecimentos.
 - b. Fica permitida a realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares e os serviços de entrega de mercadorias em domicílio (delivery), ficando proibidos os sistemas de retirada no estabelecimento conhecidos como "Drive Thru" e "take away".
- 4) Estão liberados para funcionar, tão somente:
 - a. Farmácias (24 horas);
 - b. Hipermercados, supermercados e mercados, incluindo atacados, atacarejos e afins e os hortifrutigranjeiros de grande porte (acima de 250m²), deverão funcionar de segunda a sábado das 07h às 21h, e aos domingos das 08h às 14hrs;
 - c. Feiras livres, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros de pequeno porte, quitandas e centros de abastecimento de alimentos; lojas de venda de alimentação para animais; distribuidores de gás; lojas de venda de água mineral; e padarias ficam autorizados a funcionar de segunda a sábado das 05h às 20h, e aos domingos das 05h às 14hrs;
 - d. Postos de combustível (24 horas);
 - e. Bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres sediados no interior de hotéis, pousadas e similares, que deverão funcionar apenas para os hóspedes e colaboradores, como forma de assegurar a quarentena;
 - f. Estabelecimentos bancários, casas lotéricas, agências de crédito e afins, limitado a 30% (trinta por cento) da capacidade física do local.
 - i. É de responsabilidade dos estabelecimentos bancários garantir que o acesso em suas dependências se dê de maneira ordenada, de forma a evitar aglomerações, inclusive nas áreas externas do estabelecimento.
 - ii. Somente se incluem na autorização de funcionamento prevista neste artigo as instituições que tiverem como atividades principais as previstas no caput.
 - g. Bancas de jornal, exclusivamente para comercialização da mídia impressa.
- 5) Proibida a realização de atividades físicas nas vias públicas municipais, independentemente do número de pessoas.
- 6) Determinação aos responsáveis por condomínios verticais e/ou horizontais que proibam aos moradores a utilização das áreas de uso comum, tais como, academias, quadras esportivas, piscinas, salões de festa, churrasqueiras, saunas e afins.
 - 7) Suspensão das atividades de caráter eletivo de clínicas, consultórios, laboratórios e estabelecimentos congêneres.
 - 8) Suspensão das atividades da construção civil, permitindo-se apenas os serviços de reparos emergenciais.
 - 9) Ficam proibidas as atividades laborativas, de assistências técnicas em geral, em endereços de terceiros, excetuando-se a realização de serviços emergenciais.
 - 10) Fica vedada a utilização de capelas mortuárias para velório, cujo falecimento tenha sido em decorrência de COVID-19; ficando estabelecido o limite de 30% (trinta por cento) de ocupação para casos em que o falecimento tenha ocorrido por outro motivo.
- NÍVEL 4 (OU FASE LARANJA):**
- Permanecem mantidas as determinações e liberações constantes do Nível 5 ou Fase Vermelha, contemplando as seguintes modificações:
- 1) Liberação da realização de delivery após 23 horas.
 - 2) Fica permitido o sistema de retirada no estabelecimento conhecido como "take away" para as seguintes atividades:
 - a. Lojas de material de construção;
 - b. Lojas de autopeças e vendas de bicicleta;
 - c. Lojas de artigos de embalagens;
 - d. Empresas que tenham como atividade principal comércio varejista especializado de tecidos e artigos de armarinho, única e exclusivamente para fins de atendimento de demandas relacionadas à saúde;
 - e. Lojas de informática e comunicação.
 - 3) Ficam liberados o funcionamento de oficinas mecânicas, borracharias, conserto de bicicletas e empresas de inspeção e perícias veiculares;
 - 4) Fica autorizado o exercício das atividades do ramo da construção civil, sendo que os canteiros de obras para construções residenciais unifamiliares, devem obedecer ao limite máximo de 4 (Quatro) pessoas laborando ao mesmo tempo.
 - a. Apresentação a Secretaria Municipal de Saúde de protocolo de segurança para funcionamento do canteiro de obras, que deverá estar disponibilizada no canteiro de obras, para fins de fiscalização, com a distribuição de informativos educacionais aos trabalhadores;
 - b. Adotar medidas para o não compartilhamento de ferramentas e equipamentos de proteção individual - EPI;
 - c. Adotar medidas para higienização e não aglomeração de funcionários nos refeitórios e áreas de convivência, utilizando-se, preferencialmente materiais de uso descartável;
 - d. Os canteiros de obras para construções residenciais unifamiliares, devem obedecer ao limite máximo de 4 (Quatro) pessoas laborando ao mesmo tempo.
 - 5) Fica autorizado o funcionamento de todos os serviços de saúde, como hospitais, clínicas, laboratórios, clínicas de medicina do trabalho e estabelecimentos congêneres, inclusive distribuidores de produtos médicos e EPI's, ainda que funcionem no interior de shopping centers, centros comerciais e estabelecimentos congêneres.
- 6) Fica autorizado o atendimento de urgência a ser realizado pelas empresas que tenham como atividade principal artigos de óptica, única e exclusivamente para fins de atendimento de demandas relacionadas à saúde, obedecendo as seguintes condicionantes:
 - a. o atendimento deverá ser realizado com horário previamente marcado, de segunda a sexta, das 08:00hs às 17:00hs, vedado o acesso de maneira indiscriminada ao estabelecimento ou manutenção de fila na área externa do estabelecimento;
 - b. fica proibida a comercialização de produtos que não estejam relacionados às demandas relacionadas à saúde;
 - c. fica proibida a prova de produtos do mostruário pelos consumidores, exceto na necessidade de dar cumprimento à orientação médica.
 - 7) Liberação de escritórios de advocacia, contabilidade, consultorias, arquitetura e engenharia, imobiliárias, agências de seguro e plano de saúde, certificadoras digitais ou congêneres, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: Horário de funcionamento entre 8h e 18h, de segunda a sexta-feira; atendimento individual com agendamento prévio, sendo vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento ou fila na área externa; as cadeiras e demais equipamentos deverão ser higienizados após cada atendimento.
 - 8) Liberação de atividades físicas individuais em vias públicas, continuando proibida a utilização de praças e equipamentos municipais.
 - 9) Ficam liberadas as atividades laborativas, de assistências técnicas em geral, em endereços de terceiros.
 - 10) Fica liberado o funcionamento e acesso em entidades de classe, sindicatos e congêneres, por seus profissionais e afiliados, devendo ser obedecidas, além das regras em geral, o distanciamento mínimo de 2 metros entre pessoas e o funcionamento apenas em dias úteis.
 - 11) Fica autorizado o funcionamento de lava jatos e limpeza de veículos, de segunda a sexta-feira, de 8h às 18h.
 - 12) Passa a ser apenas recomendado aos condomínios que proibam a realização de esportes coletivos em áreas comuns, que possam gerar aglomeração de pessoas; bem como que adotem a utilização da academia com hora marcada, permitindo-se apenas a utilização de 50% da capacidade.
 - 13) Fica permitida a realização de aula prática na modalidade de internato, estágio ou equivalente, especificamente nos cursos superiores e técnicos da área de saúde, incluindo a realização de aulas práticas em laboratórios.
 - 14) Feiras livres, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros de pequeno porte, quitandas e centros de abastecimento de alimentos; lojas de venda de alimentação para animais; distribuidores de gás; lojas de venda de água mineral; e padarias ficam autorizados a funcionar de segunda a domingo, das 05h às 20h;
 - 15) Fica autorizado o Drive Thru para os serviços de bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres
 - 16) Liberação de estacionamentos rotativos, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) das vagas, privilegiando o distanciamento entre veículos; distanciamento entre funcionários de 2 metros, com a proibição de ocupação de cabine fechada por mais de 1 pessoa; horário de funcionamento entre 7h e 19h, de segunda a sexta-feira.
 - 17) Ficam autorizados os estabelecimentos a adotarem mecanismos para receber pagamento de parcelas de crediário, ou similares, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: a transação deve ser efetivada na porta do estabelecimento, vedado o acesso ao interior; deve ser privilegiado o atendimento em horários que não promovam aglomeração; em caso de fila no exterior, deve ser observado o distanciamento mínimo de 2 metros, sendo obrigação do estabelecimento o controle da fila.
 - 18) Liberação do funcionamento dos Centros de Formação de Condutores, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: Horário de funcionamento entre 8h e 20h, de segunda a sexta-feira; atendimento individual com agendamento prévio, sendo vedada a espera no interior do estabelecimento ou fila na área externa; as cadeiras e demais equipamentos deverão ser higienizados após cada atendimento; fica vedada a aula teórica presencial; permitida a aula prática, que deverá ser individual, realizada com os vidros abertos (categorias B, C, D e E), adotando-se horários que permita a desinfecção completa do veículo entre um aluno e outro (volante, marchas, freio de mão, painel, retrovisores, maçanetas, cinto de segurança, tapetes e comandos de setas); obrigação de realizar o controle de temperatura, com termômetro digital infravermelho, dos trabalhadores e alunos ao ingressarem nas dependências físicas e realizarem aulas práticas, sendo proibido o ingresso e a realização em caso de estado febril, ou seja, temperatura superior a 37,5°; adoção de tapetes higiênicos de desinfecção, nos veículos e nos estabelecimentos.
 - 19) Fica autorizada a realização de cursos e/ou treinamentos obrigatórios para os segmentos offshore, portuário, de construção civil e de transporte, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: obrigação de realizar o controle de temperatura, com termômetro digital infravermelho, dos trabalhadores e alunos ao ingressarem nas dependências físicas e realizarem aulas práticas, sendo proibido o ingresso e a realização em caso de estado febril, ou seja, temperatura superior a 37,5°; vedada a modalidade teórica (em sala de aula); permitida a realização prática desde que não haja aglomeração, com distanciamento mínimo obrigatório de 2 metros; obrigatoriedade de desinfecção de todos os equipamentos utilizados, com vedação de compartilhamento.
 - 20) Fica determinada a proibição de consumo e comércio de bebidas alcoólicas em vias e espaços públicos.
 - 21) Fica mantida a proibição de utilização das praças públicas para lazer.
- NÍVEL 3 (OU FASE AMARELA):**
- Permanecem mantidas as determinações e liberações constantes do Nível 4 ou Fase Laranja, contemplando as seguintes modificações:
- 1) Nesta fase não haverá mais a limitação de trânsito e permanência de pessoas em vias públicas, conforme fases anteriores de *lockdown*, observadas as demais determinações aqui constantes.
 - 2) Liberação do atendimento presencial nos estabelecimentos comerciais estabelecidos em vias públicas, inclusive o calçadão do centro histórico, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: Controle de entrada e saída dos consumidores, autorizado apenas a entrada de 1 cliente por vez, a cada 15 m²; estabelecimento de escala de funcionários, na proporção de 1 funcionário a cada 15m²; horário de funcionamento entre 8h e 18h, de segunda a sábado; não permitido uso de provedores; proibido o funcionamento de parques infantis, no interior de lojas ou que tenham como única atividade tal função.

3) Liberado o funcionamento de galerias abertas, fechadas e shopping's que deverão apresentar protocolo de segurança biológica, com as medidas de proteção, com intuito de ser avaliado pela equipe técnica de Vigilância em Saúde e, em caso de aprovação, ser autorizado o funcionamento de acordo com as medidas aprovadas, além das seguintes diretrizes:

- a. as lojas deverão obedecer às regras previstas ao comércio em geral;
- b. horário de atendimento ao público até às 22h;
- c. Com controle de entrada e saída, de maneira a manter o distanciamento entre pessoas de no mínimo 2 metros, limitada a entrada a 50% da capacidade;
- d. Disponibilizem na entrada do shopping center ou centro comercial e das lojas e elevadores, álcool em gel 70%, ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, a todos clientes e frequentadores;
- e. Permitam o acesso e circulação no interior do estabelecimento, apenas a clientes, frequentadores, empregados e prestadores de serviço que estiverem utilizando máscara de proteção respiratória, seja ela descartável ou reutilizável, de forma adequada;
- f. Mantenham fechadas as áreas de recreação e lojas como brinquedotecas, de jogos eletrônicos, cinemas, teatros e congêneres;
- g. Permitida a abertura de praças e quiosques de alimentação, seguindo as regras inerentes ao funcionamento de restaurantes, como distanciamento entre mesas, quantidade máxima de pessoas por mesa, utilização de descartáveis, etc.;
- h. Garantam a qualidade do ar dos ambientes climatizados, seguindo os protocolos de manutenção dos aparelhos e sistemas de climatização, realizando a troca dos filtros de conforme determinação da vigilância sanitária, vedada a utilização de ventiladores no interior;
- i. demarcação (sinalização) no piso, com fita de auto adesão ou produto similar, em toda a extensão do empreendimento (ambiente interno e externo), contendo indicação da direção do fluxo a ser seguido pelas pessoas (em dois sentidos), respeitado o distanciamento mínimo;
- j. deverá haver separação entre a entrada e a saída aos shopping's e galerias;
- k. desativação de bebedouros;
- l. suspensão do serviço de disponibilização e/ou aluguel de cadeiras de rodas, carrinhos de bebê e carrinhos de brinquedo aos clientes;
- m. garantir a permanência de um funcionário fixo nos banheiros ofertados ao público, bem como a desativação de pia e micrórios com distância inferior a 1,5m (um metro e meio) utilizando-se de adesivos de conscientização acerca da necessidade de distanciamento;
- n. retirada dos lounges instalados nos corredores dos empreendimentos sendo que os bancos fixos serão interditados com adesivo ou equivalente;
- o. programação das cancelas da entrada dos estacionamentos para retirada automática dos tickets sem a necessidade de contato físico com o equipamento;
- p. divulgação via sistema de som interno, de avisos quanto à obrigatoriedade do uso de máscaras, locais com disponibilidade de álcool em gel, recomendações quanto a evitar aglomeração e demais medidas educativas e orientativas acerca da prevenção do novo coronavírus;
- q. uso dos elevadores deverá se dar de maneira individual, ou ainda somente por membros da mesma família.
- r. Uso de escada rolante mantendo o distanciamento mínimo de dois metros, com demarcação dos degraus proibidos de serem utilizados, com desinfecção permanente do corrimão, ao menos a cada 1 (uma) hora.
- s. vedado o acesso a menores de 6 (seis) anos e maiores de 60 (sessenta) anos, excepcionados os trabalhadores e prestadores de serviço, no exercício de suas funções nas lojas das galerias e shopping's.

4) Liberação de estacionamentos rotativos, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: distanciamento entre funcionários de 2 metros.

5) Liberação dos salões de beleza e estética, barbeiros, cabeleireiros, manicures e similares, que não estejam estabelecidos em shopping centers ou congêneres, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: Horário de funcionamento entre 10h e 20h, de segunda-feira a sábado; funcionamento com 50% da capacidade, mantido o distanciamento entre um cliente e outro de, no mínimo, 2 metros; atendimento individual com agendamento prévio, proibida a espera no salão ou no exterior; as cadeiras e demais equipamentos deverão ser higienizados após cada atendimento; uso obrigatório de avental, descartável ou tecido, com troca após cada atendimento.

6) Liberação de lojas de automóveis e concessionárias, as quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: Horário de funcionamento entre 8h e 18h, de segunda a sexta-feira e aos sábados de 8h às 12h.

7) Liberação de eventos religiosos (missas, cultos e afins), os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: Horário de funcionamento até 23 horas; funcionamento com 30% da capacidade, mantido o distanciamento entre pessoas de, no mínimo, 2 metros.

8) Estabelecimentos bancários, casas lotéricas, agências de crédito e afins, passam a ter o limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade física do local.

9) Hipermercados, supermercados, mercados, atacarejos e afins; hortifrutigranjeiros; lojas de conveniência; feiras livres; açougues; peixarias; quitandas; centros de abastecimento de alimentos; lojas de venda de alimentação para animais; distribuidores de gás; lojas de venda de água mineral; e padarias ficam autorizados a funcionar sem limitação de horário.

10) Fica autorizado o funcionamento de locadoras de veículos.

11) Fica permitido o TAKE AWAY, sistema de retirada em estabelecimentos, em bares e restaurantes, até o limite de 23 horas.

12) Os canteiros de obras para construções residenciais unifamiliares, devem obedecer ao limite máximo de 1 (um) trabalhador a cada 20m² de área construída, conforme projeto em execução.

13) Os Centros de Formação de Condutores, além das regras previstas no Nível 4 - Fase Laranja, bem como os Centros de Ensino Credenciados para a realização de cursos regulamentados por resoluções específicas para o segmento do transporte, conforme resoluções do CONTRAN, ficam autorizados a realizar cursos teóricos presenciais, com o limite de 50% da capacidade da sala de aula, a qual obrigatoriamente deve possuir circulação de ar (janelas e portas abertas), obedecendo ao distanciamento mínimo de 2 metros entre cadeiras, sendo obrigatória toda a desinfecção da sala entre uma aula e outra.

14) Fica liberado o acesso à Serra do Itaoca, para a prática esportiva, com a manutenção das regras de distanciamento, de segunda à sexta-feira, não sendo permitido caso haja feriado em tais dias da semana, com o limite de acesso de 35 (trinta e cinco) pessoas por vez, cujo controle será realizado com emissão de senhas, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental.

15) Ficam autorizados a funcionar os permissionários ambulantes, que já possuam autorização de funcionamento perante a Superintendência de Posturas, devendo adotar todas as normas de distanciamento e higienização, especialmente devendo orientar os consumidores quanto ao distanciamento quando houver a necessidade de formação de filas.

16) Fica permitida a utilização de praças e logradouros públicos, bem como em clubes recreativos e academias a céu aberto, apenas para a atividade física, acompanhada por profissional de educação física, limitada a 10 (dez) alunos, obedecendo as regras gerais de distanciamento social, bem como a impossibilidade de utilizar equipamentos coletivos.

17) Fica permitida a prática de atividades esportivas em quadras, a céu aberto, inclusive aquelas dentro de clubes recreativos e academias, com o limite de 4 (quatro) pessoas, mantidas as regras de distanciamento e higienização previstas neste plano.

18) Fica liberado o funcionamento de restaurantes, bares, lanchonetes, cafés, docerias e similares, para atendimento ao público, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas:

- a. horário de atendimento ao público com limite de funcionamento até 24 horas (este horário serve como base para fechamento das portas do estabelecimento e da cozinha, somente podendo haver o término do consumo dos pedidos já realizados pelos clientes);
- b. distanciamento mínimo de 2,0m (dois metros) entre as mesas, sendo que as mesas não utilizadas deverão conter adesivos informativos ou serem retiradas para fins de impossibilitar sua utilização;
- c. controle do fluxo de entrada e saída de pessoas, respeitado o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio);
- d. proibido o serviço em balcões, a pessoas em pé, em calçadas ou similares;
- e. permitido o serviço no formato de buffet, com um funcionário do estabelecimento realizando a tarefa, desde que utilize todos os equipamentos de segurança necessária, inclusive *face shield*, com a obrigatória necessidade de separação de acrílico ou similar, para que o consumidor não tenha contato com os produtos servidos;
- f. fornecimento de talheres e copos higienizados e embalados individualmente, ou ainda talheres descartáveis;
- g. disponibilização de temperos e condimentos em geral em sachê;
- h. Fica permitida a utilização de música como entretenimento de forma mecânica com DJ ou similar ou ainda música ao vivo, com no máximo 3 (três) componentes, d observado o distanciamento entre os músicos e público no estabelecimento, não sendo permitida pista de dança, nem que os clientes levantem de suas mesas para dançar, nem contato entre artistas e público no estabelecimento;
- i. vedado o acesso a menores de 6 (seis) anos e maiores de 60 (sessenta) anos;
- j. os estabelecimentos deverão fazer marcações no piso, nos locais onde são formadas filas, como nos buffets de auto-serviço, caixas de pagamento e sanitários, orientando os clientes a posicionarem-se a um metro de distância um do outro;
- k. fica vedada a concentração de grupos com mais de 6 pessoas em uma só mesa e a interação ou proximidade entre grupos alocados em mesas distintas;
- l. Fica proibida a utilização de áreas e/ou parques infantis e/ou brinquedotecas no interior dos estabelecimentos.
- m. os estabelecimentos deste segmento que estiverem situados no interior de galerias fechadas ou shopping's, além das regras gerais aqui previstas, deverão seguir o horário de funcionamento adotados pelas respectivas galerias fechadas ou shopping's.

19) Fica liberado o funcionamento de academias e clubes recreativos, incluindo estúdio de pilates e box de crossfit, os quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas:

- a. Com controle de entrada e saída, de maneira a manter o distanciamento entre pessoas de no mínimo 2 metros, orientando-se pela permanência máxima em 60 minutos, limitada a entrada a:
 1. Até 200m² - 10 pessoas;
 2. De 201m² até 350m² - 10 a 15 pessoas;
 3. De 351m² até 450m² - 15 a 20 pessoas;
 4. De 451m² até 550m² - 22 a 40 pessoas;
 5. De 551 m² até 650 m² - 41 a 55 pessoas;
 6. De 651m² até 750m² - 56 a 65 pessoas;
 7. De 751m² até 850m² - 66 a 78 pessoas;
 8. A partir de 851m² - 79 a 90 pessoas.
- b. funcionamento de segunda a sábado, de 6h às 22h;
- c. Idosos acima de 60 anos e portadores de DANT - Doenças e Agravos Não Transmissíveis poderão frequentar desde que em horários exclusivos, isto é, desde que as academias, estúdios, box e afins fixem horário ou faixa de horário pré-estabelecidos para acesso e permanência exclusiva de idosos acima de 60 anos e portadores de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, ficando vedado o acesso e permanência de clientes e usuários de faixa etária diferente nestes mesmos horários.
- d. funcionamento com distanciamento entre equipamentos de, no mínimo, 2 metros, os quais deverão ter individualmente álcool 70% para imediata higienização;
- e. quadras esportivas fechadas não poderão ser utilizadas para esportes coletivos que não possam manter o distanciamento mínimo de 2 metros por pessoa;
- f. proibição do uso de vestiários para troca de roupas e/ou equipamentos;
- g. utilização de bebedouros apenas para reabastecimento de garrafas próprias, vedado o uso de jato inclinado;
- h. Fica permitida a utilização de piscinas exclusivamente para a prática de aulas de natação, observado o limite de 1 aluno por raia; bem como para a prática de hidroginástica, observado o distanciamento mínimo de 2 metros; continuando vedada a utilização de vestiários; vedada a utilização de materiais de uso comum, como pranchas, nadadeiras e 'canudos', facultando-se que o aluno leve o seu próprio material;
- i. vedadas as aulas coletivas em ambiente fechado.

20) Fica autorizada a realização de cursos e/ou treinamentos obrigatórios, na modalidade teórica, para os segmentos offshore, de vigilância e/ou segurança, portuário e de construção civil, os quais deverão adotar, além das regras previstas no Nível 4 - Fase Laranja, o limite de 50% da capacidade da sala de aula, a qual obrigatoriamente deve possuir circulação de ar (janelas e portas abertas), obedecendo ao distanciamento mínimo de 2 metros entre cadeiras, sendo obrigatória toda a desinfecção da sala entre uma aula e outra.

21) Fica liberado o atendimento presencial nas concessionárias de serviços essenciais (luz, água, gás e telefonia), devendo tais empresas adotarem controle de entrada e saída ao interior, com limite de 30% (trinta por cento) da capacidade física interna, obedecendo ao distanciamento mínimo de 2 metros entre pessoas, sendo responsável por manter a organização e distanciamento em caso de formação de filas no exterior.

NÍVEL 2 (OU FASE VERDE):

Permanecem mantidas as determinações e liberações constantes do Nível 3 ou Fase Amarela, contemplando as seguintes modificações:

- 1) Em se tratando de galerias abertas, fechadas e shopping's, continuam vigentes as disposições da fase AMARELA, com as seguintes alterações:
 - i. A capacidade fica elevada a 70%;
 - ii. Fica permitido o acesso de menores de 6 (seis) anos.
- 2) Os estabelecimentos comerciais passarão a controlar a entrada de clientes na proporção de 1 cliente a cada 10m², bem como 1 funcionário a cada 10m²; bem como não terão mais restrições de horário de funcionamento.
- 3) Estacionamentos rotativos, em geral, não terão mais restrições de horários.

- 3) Salões de beleza e estética, barbeiros, cabeleireiros, manicures e similares, não terão mais restrições de horários.
- 4) Em se tratando de restaurantes, bares, lanchonetes, cafés, docerias e similares, continuam vigentes as disposições da fase AMARELA, com as seguintes alterações:
 - a. Fica permitido o acesso de menores de 6 (seis) anos.
- 5) Liberação integral do atendimento ao público nos escritórios de advocacia, contabilidade, consultorias, arquitetura e engenharia, imobiliárias, agências de seguro e plano de saúde, certificadoras digitais, ou congêneres.
- 6) Liberação de atividades físicas nas vias públicas, praças e equipamentos públicos, vedada a aglomeração de mais de 10 pessoas.
- 7) Liberação integral de lojas de automóveis e concessionárias.
- 8) Eventos religiosos (missas, cultos e afins), poderão funcionar com capacidade máxima em 50%.
- 9) Estabelecimentos bancários, casas lotéricas, agências de crédito e afins, passam a ter o limite de 70% (setenta por cento) da capacidade física do local.
- 10) Liberação de cursos livres, auto-escola e realização de treinamentos em geral, não estando incluso nesta autorização a realização e cursos técnicos e profissionalizantes, devendo ser obedecidas, além das normas gerais, as seguintes regras:
 - a. obedecido o distanciamento de 2 metros entre os alunos, com capacidade máxima da sala em 30% do normal;
 - b. manter os ambientes abertos e arejados, vedada a aula em espaços que não possuam ventilação;
 - c. higienização de todo ambiente após cada aula, incluindo cadeiras e mesas utilizadas.
- 11) Liberação de agências de turismo, excursões e passeios, as quais deverão adotar, além das medidas gerais aqui previstas: atendimento individual com agendamento prévio, sendo vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento ou fila na área externa; as cadeiras e demais equipamentos deverão ser higienizados após cada atendimento.
- 12) Fica liberado o atendimento presencial nas concessionárias de serviços essenciais (luz, água, gás e telefonia), devendo tais empresas adotar controle de entrada e saída ao interior, com limite de 50% (cinquenta por cento) da capacidade física interna, obedecendo ao distanciamento mínimo de 2 metros entre pessoas.
- 13) Os canteiros de obras para construções residenciais unifamiliares, apenas deverão seguir as regras gerais de distanciamento, não havendo mais limitação de quantitativo de pessoal.
- 14) Ficam autorizados eventos exclusivamente em formato "Drive-in", conforme protocolo a ser expedido por meio de Portaria pela Superintendência de Entretenimento e Lazer, observando as seguintes determinações:
 - a. A realização do evento dependerá de prévia autorização pela Superintendência de Entretenimento e Lazer, ficando vedado qualquer tipo de publicidade ou venda de ingressos até que haja tal autorização;
 - b. O acesso de público estará limitado a quatro pessoas por carro, salvo nos casos de integrantes da mesma família e observada a capacidade máxima de lotação do veículo, devidamente comprovado por documento com foto;
 - c. Os ocupantes dos veículos somente poderão sair de seus carros para a utilização de sanitários, durante o evento, ficando vedado o acompanhamento no exterior do veículo;
 - d. Somente poderão ingressar no evento veículos de passeio, com os modelos conversíveis ou de teto solar mantendo as coberturas fechadas;
 - e. É proibido o acesso de vans ou outros utilitários;
 - f. O distanciamento entre os veículos estacionados deverá respeitar o mínimo de dois metros e deverá ter sinalização para o controle desse distanciamento veicular, através de demarcação considerando o espaço de 2,5m x 5,5m para cada vaga a ser considerada;
 - g. A propagação de som do evento deverá ser preferencialmente através de sistema de rádio FM, sendo permitido um som ambiente com volume reduzido para sonorização;
 - h. Os serviços de alimentação serão oferecidos, exclusivamente, no formato delivery, de acordo com as normas que constarão do protocolo expedido pela Superintendência de Entretenimento e Lazer.
- 15) Fica autorizada a realização de eventos em salões de festas/espço para eventos até 100 (cem) pessoas, conforme protocolo a ser expedido por meio de Portaria pela Superintendência de Entretenimento e Lazer, observando as seguintes determinações:
 - a. A realização do evento dependerá de prévia autorização pela Superintendência de Entretenimento e Lazer, consultada a Vigilância em Saúde, ficando vedado qualquer tipo de publicidade ou venda de ingressos até que haja tal autorização;
 - b. Protocolos de acesso e barreira sanitária, com aferição de temperatura e listagem nominal de todos (convidados e colaboradores) que ingressarem no local, com registro da temperatura aferida, sendo impedida a entrada dos que apresentarem temperatura igual ou maior de 37,5 graus;
 - c. Obrigatoriedade de atendimento e entrega de alimentos na mesa, e com o uso de copos, canudos e outros materiais somente descartáveis, sendo permitido somente sair da mesa para uso do banheiro, desde que previamente autorizado e de forma controlada pela cerimonialista/buffet do evento;
 - d. Em caso de acomodação do público em cadeiras para formato de reunião, deverá ser observada a distância mínima entre as cadeiras de 2 (dois) metros, e em caso de divisão em mesas, estas deverão ter no máximo 6 (seis) lugares, observado o distanciamento mínimo de 1,5 (um metro e meio) entre cadeiras e 2 (dois) metros entre as mesas.
 - e. Toda equipe utilizará seus próprios equipamentos de trabalho individuais como máscara, protetor facial, outros EPI's, telefones, rádios, e afins;
 - f. Sinalizar de forma clara, o distanciamento necessário de 1,5 metros na entrada dos banheiros, e controlar o uso por distanciamento, seguindo todas as normas de segurança e prevenção ao corona vírus.
 - g. Dispor de comunicados que instruem artistas, público, fornecedores e funcionários sobre normas de proteção que estão em vigência no estabelecimento;
 - h. Incentivar o uso de cartões digitais para pagamentos.
 - i. Permitir venda somente online de ingressos/convites.
 - j. Abrir a entrada ao público 1 hora antes do início.
 - k. Implantação de corredores de uma só via, para coordenar o fluxo de forma eficaz tanto na entrada quanto na saída, de modo a não promover aglomerações de público.
- 16) Deixa de haver restrições quanto a dias de acesso à Serra do Itaoca.

NÍVEL 1 (OU FASE BRANCA):

Permanecem mantidas as determinações e liberações constantes do Nível 2 ou Fase Verde, contemplando as seguintes modificações:

- 1) Contempla a ausência de restrições de maneira generalizada, sendo que, a depender das atividades e das autoridades em saúde, serão avaliadas proibições ou determinação pontuais.
- 2) A realização de shows e eventos dependerá de análise individual, conforme regimento a ser estabelecido pela Superintendência de Entretenimento e Lazer, ficando vedada a marcação de data, divulgação, promoção, qualquer publicidade e, especialmente, a venda antecipada de ingressos, sem a autorização expressa para a realização do evento, ainda que se trate de evento sem público.
- 3) Liberação de aulas no Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior, incluindo as estaduais e federais.
- 4) Liberação do atendimento presencial nos estabelecimentos comerciais estabelecidos em centros comerciais e shoppings fechados, que deverão ter controle de entrada e saída, de maneira a manter o distanciamento entre pessoas de no mínimo 2 metros.
- 5) Liberação de parques infantis, em estabelecimentos específicos dessa atividade, bem como no interior de outros estabelecimentos comerciais, observado o controle de capacidade, a evitar aglomeração e manter o distanciamento entre pessoas de, no mínimo, 2 metros.
- 6) Liberação do funcionamento de cinemas, com capacidade máxima de 50%, mantido o distanciamento entre pessoas de, no mínimo, 2 metros. Deverá, ainda, haver a higienização de todos os assentos, entre uma sessão e outra.
- 7) Fica autorizada o funcionamento de clubes recreativos e espaços de lazer e ambientes correlatos.

ANEXO II**NORMAS GERAIS DE COMBATE AO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

- 1) Todos os funcionários e clientes devem utilizar máscaras (segundo as orientações de decreto específico neste sentido).
- 2) Dispenser de álcool em gel ou frasco de álcool, sempre a 70%, na entrada e saída do estabelecimento (observadas outras diretrizes mais rigorosas previstas acima).
- 3) Estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços, com 10 (dez) ou mais trabalhadores (empregados, ou ainda, autônomos), ficam obrigados a realizar o controle de temperatura, com termômetro digital infravermelho, dos trabalhadores e clientes ao ingressarem nas dependências físicas, sendo proibido o ingresso em caso de estado febril, ou seja, temperatura superior a 37,5°.
- 4) Higienização, ao menos uma vez por turno de trabalho e sempre quando do início e encerramento das atividades, das superfícies de toques, como mesas, equipamentos, teclados, balcões, etc., e a cada utilização, as máquinas de cartão, telefones, etc.
- 5) Manter sistemas de ar condicionado limpos e desinfetados (limpeza diária dos filtros e manutenção semanal).
- 6) Higienização dos pisos do estabelecimento e seus banheiros com solução de hipoclorito (ou outro produto, desde que de acordo com as normas da vigilância sanitária para combate a Covid-19), no mínimo duas vezes ao dia.
- 7) Manter portas e janelas abertas, com ventilação adequada, exceto em locais não permitidos por questões sanitárias.
- 8) Caixas e quichês, preferencialmente, com proteção de vidro ou policarbonato para separar funcionários de clientes.
- 9) Incentivo ao pagamento por meio eletrônico, visando a diminuição da troca de papel moeda.
- 10) Manutenção e incentivo do serviço de delivery, take away e drive thru, bem como canal online (iniciativa CDL Jovem, bem como "Achei Campos"), conforme as permissões estabelecidas em cada nível ou fase.
- 11) Funcionários e proprietários do público de risco devem ser mantidos fora do trabalho, em isolamento residencial.
- 12) Vedadas as ações promocionais e afins que possam promover ou incentivar aglomeração de consumidores.
- 13) Promover a devida identificação visual, incluindo demarcação no solo, para orientar quanto ao distanciamento necessário entre os clientes, especialmente quanto a eventuais filas para atendimento.
- 14) Vedada a utilização de amostras para testes pessoais e disponibilização de cosméticos nos mostruários comuns para clientes, tais como perfumes, desodorantes, cremes hidratantes, maquiagem em geral, etc.
- 15) Vedada a oferta de serviços e amenidades adicionais que retardem a saída do consumidor do estabelecimento, tais como oferta de café, poltronas de espera, áreas infantis, etc..
- 16) Todos os estabelecimentos deverão dispor de lixeira com tampa com dispositivo que permita a abertura e fechamento sem o uso das mãos (pedal ou outro tipo de dispositivo), recolher e descartar os resíduos a cada 2 horas, com segurança e uso do EPI adequado;
- 17) Os estabelecimentos em geral, que dispuserem de refeitórios, deverão dar preferência à utilização de talheres e copos descartáveis e, na impossibilidade, utilizar talheres higienizados e individualizados (sem contato); e substituir os sistemas de autosserviço de buffet, utilizando porções individualizadas ou disponibilizando funcionário(s) específico(s) para servir todos os pratos;
- 18) Os estabelecimentos em geral deverão eliminar bedouros de jato inclinado e disponibilizar alternativas (dispensadores de água e copos plásticos descartáveis e/ou copos de uso individual, desde que constantemente higienizados).
- 19) Os estabelecimentos deverão fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz para evitar filas ou aglomeração de pessoas.

20) Todas as empresas deverão:

I - garantir, na medida do possível, o distanciamento entre pessoas de, no mínimo, 2 metros.

II - orientar os colaboradores a informar ao estabelecimento caso venham a ter sintomas de síndrome gripal e/ou resultados positivos para a COVID-19;

III - realizar busca ativa, diária, em todos os turnos de trabalho, em colaboradores e visitantes com sintomas de síndrome gripal;

IV - garantir o imediato afastamento para isolamento domiciliar por 14 (quatorze) dias, a contar o início dos sintomas aos colaboradores que:

a) testarem positivo para Covid-19,

b) que tenham tido contato próximo ou residam com caso confirmado de Covid-19,

c) apresentarem sintomas de síndrome gripal (quadro respiratório agudo, caracterizado por sensação febril ou febre, mesmo que relatada, acompanhada de tosse OU dor de garganta OU coriza OU dificuldade respiratória);

V - manter registro atualizado do acompanhamento de todos os colaboradores afastados (quem, de que setor, data de afastamento etc.);

VI - notificar imediatamente os casos suspeitos de síndrome gripal e os confirmados de COVID-19 à Vigilância Epidemiológica Municipal, bem como à Vigilância em Saúde do Município de residência do trabalhador/colaborador;

VII - comunicar imediatamente à Vigilância Epidemiológica Municipal qualquer suspeita de surto de síndrome gripal no estabelecimento.

21) Obrigatoriedade de fixação de informativos e comunicados instruindo colaboradores e clientes acerca das normas de proteção individual e coletiva existentes no estabelecimento, bem como informações gerais sobre o combate ao coronavírus (Covid-19), conforme material disponível nos sítios eletrônicos da Prefeitura Municipal de Campos, Secretaria Estadual de Saúde e Ministério da Saúde.

ANEXO III

CONFECÇÃO, UTILIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE MÁSCARA FACIAL NÃO PROFISSIONAL

As máscaras devem ser preferencialmente:

- confeccionadas em tecidos de algodão;
- em número de cinco para cada usuário;
- para utilização não compartilhada, sem prejuízo da observância das recomendações de afastamento mínimo entre as pessoas e de contínua higienização das mãos, com água e sabonete ou com álcool com concentração de setenta por cento.

O uso da máscara de que trata este Decreto deverá ser evitado por:

- profissionais de saúde durante a sua atuação;
- pacientes contaminados ou com sintomas de contaminação pelo Sars-Cov-2, na hipótese de disponibilidade do modelo de uso profissional;
- pessoas que cuidam de pacientes contaminados;
- crianças menores de dois anos de idade, pessoas com problemas respiratórios ou incapazes de remover a máscara sem assistência;
- pessoas com contraindicação feita por profissional de saúde.

Antes da colocação da máscara, o usuário deve observar os seguintes cuidados:

- assegurar-se de que a máscara está limpa e sem rupturas;
- fazer a adequada higienização das mãos;
- evitar contato com a parte frontal da máscara e, havendo o contato após o uso, imediatamente a higiene das mãos;
- cobrir totalmente a boca e o nariz, sem deixar espaços nas laterais;
- manter o conforto e o espaço para a respiração;
- evitar maquiagem ou base durante o uso.

Para o uso da máscara devem ser observados os seguintes cuidados:

- utilizar a mesma máscara por, no máximo três horas;
- trocá-la após o tempo máximo de utilização ou sempre que ela ficar úmida, com sujeira aparente, danificada ou se houver dificuldade para respirar;
- higienizar as mãos ao chegar a casa e após retirá-la, reservando-a para a lavagem logo que possível;
- repetir os procedimentos de higienização das mãos sempre que retirar e recolocar a máscara;
- não compartilhar a máscara, AINDA QUE ELA ESTEJA LAVADA.

Para a limpeza das máscaras de uso não profissional deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- as de tecido podem ser lavadas e reutilizadas regularmente, entretanto, recomenda-se evitar mais que trinta lavagens;
- lavar separadamente;
- lavar previamente com água corrente e sabão neutro e, após, deixar de molho em solução de água com água sanitária ou outro desinfetante, na proporção de duas colheres de sopa para cada litro de água, de vinte a trinta minutos;
- enxaguar bem em água corrente, para remover resíduos de desinfetante;
- evitar torcer com força e deixe-a secar;
- passar com ferro quente;
- guardar em recipiente fechado.

A produção de máscaras artesanais pode ser realizada, segundo as orientações constantes da Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/ SAPS/MS, disponível na página do Ministério da Saúde no endereço eletrônico www.saude.gov.br.

Os fabricantes e distribuidores de máscaras para uso profissional garantirão, prioritariamente, o abastecimento da rede pública de assistência e atenção à saúde.

ANEXO IV

AUTODECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E RESPONSABILIDADE – PROTOCOLO COVID-19

Nome fantasia: _____
Razão social: _____
CNPJ nº _____
Endereço completo: _____
Telefone: _____

Sócio 1

Nome completo: _____
CPF: _____
Endereço completo: _____

Sócio 2

Nome completo: _____
CPF: _____
Endereço completo: _____

***Preencher e qualificar todos os sócios da empresa.**

Pessoa jurídica acima qualificada, pelos representantes legais, sócios e administradores, considerando os termos do Decreto Municipal nº 118, de 1º de junho de 2020, por meio da presente AUTODECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E RESPONSABILIDADE – PROTOCOLO COVID-19, vem perante a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, RJ, assumir as obrigações e deveres estipulados no citado Decreto Municipal, já que pretende continuar as suas atividades, ainda que sem atendimento ao público.

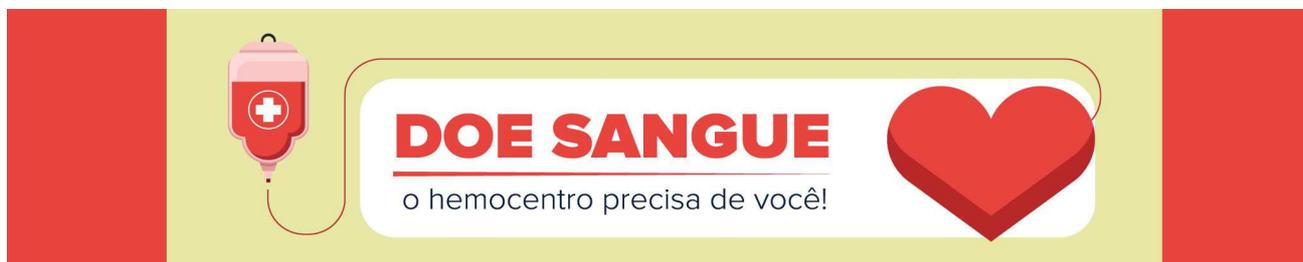
A pessoa jurídica acima qualificada, pelos representantes legais, sócios e administradores, declara para todos os fins de direito que está ciente (i) dos riscos e perigos que envolve o funcionamento do estabelecimento, especialmente no que respeita ao atendimento geral ao público e o próprio funcionamento interno; (ii) da emissão de alerta internacional pela Organização Mundial de Saúde do COVID-19 enquanto pandemia; e (iii) da insuficiência de leitos (em hospitais públicos e particulares) para tratamento de todos os casos de inflamação respiratória aguda.

Pessoa jurídica acima qualificada, pelos representantes legais, sócios e administradores, está ciente que poderá ser responsabilizada no âmbito civil, consumerista, criminal, trabalhista e administrativo, pelo eventual contágio; desenvolvimento ou agravamento de patologia; e óbito (ou causa concorrente ou provável de óbito); que decorram do não atendimento aos termos do Decreto nº 118/2020 e seus anexos.

O presente termo de compromisso não esgota a atuação da Prefeitura Municipal sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos fatos ora expostos.

Campos dos Goytacazes, RJ, de _____ de 2020.

(ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS).



PREFEITURA DE CAMPOS
Rafael Diniz
PREFEITO
Conceição Sant'Anna
VICE-PREFEITA
Fábio Gomes de Freitas Bastos
SUBSECRETÁRIO GERAL DE GOVERNO

DIÁRIO OFICIAL PUBLICAÇÕES
Setor de Publicações Oficiais
TELEFONE: (22) 9 8168-1379

OUIDORIA
www.campos.rj.gov.br
E-mail – ouvidoria@campos.rj.gov.br
Telefones: (22) 981750969 / 981751431

PODER EXECUTIVO EQUIPE DE PUBLICAÇÃO
Secretaria Municipal de Governo
Suzy dos Santos Monteiro - Superintendente de Comunicação
Mayra Freire Amaral - Chefe de Publicação

SIC
Serviço de Informação ao Cidadão
sistemas.campos.rj.gov.br/sic

Lei Municipal Nº 8.794/2017 e Dec. 249/2017

Prefeitura de Campos dos Goytacazes - Rua Coronel Ponciano de Azevedo Furtado, 47 - Pq. Santo Amaro - CEP 28030-045 - Campos dos Goytacazes-RJ



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Campos dos Goytacazes garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.campos.rj.gov.br